



Em solidariedade com as comunidades que resistem às monoculturas de árvores

Boletim do WRM 263

Outubro 2022

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

Índice

NOSSA OPINIÃO

O que realmente significa “plantações”2

Nova pressão por plantações industriais de árvores encontra resistência das comunidades.....6

A Rede Alerta contra os Desertos Verdes do Brasil reacende a chama da resistência11

Resistindo às plantações de dendezeiros em Uganda.....17

12 respostas a 12 mentiras sobre plantações industriais de árvores: nova edição de um documento do WRM.....20

Comunidades na África Ocidental e Central estão determinadas a interromper a expansão das plantações de dendezeiros.....26

RECOMENDADOS

A situação global do desenvolvimento de árvores transgênicas: uma ameaça cada vez maior.....30

Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores 2022.....30

Florestas Nativas sem Monoculturas.....30

Memórias do Fogo de 195130

Encontro da Rede Mesoamericana contra o dendê em San Cristóbal de Las Casas, México31

NOSSA OPINIÃO

O que realmente significa “plantações”

Este boletim destaca materiais e análises relacionados às lutas de comunidades contra as plantações industriais de árvores. Também presta uma homenagem às comunidades da República Democrática do Congo (RDC) que lutam para recuperar suas terras de uma empresa de dendezeiros desde os tempos coloniais. Sua luta corajosa mostra as múltiplas camadas de opressão e violações que resultam do modelo de plantações.

Setembro é o mês em que comunidades de todo o mundo, diante dos muitos impactos negativos gerados pela imposição do modelo de plantações industriais de árvores em suas terras, celebram o Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores.

O Dia Internacional de Luta é também um dia de solidariedade para com as lutas das pessoas pela terra e entre essas lutas.

Nesta edição do boletim do WRM, destacamos materiais, análises e declarações feitas no marco desse Dia, celebrado em 21 de setembro desde 2004.

Queremos prestar uma homenagem especial às comunidades da RDC que há muito lutam para recuperar suas terras de uma empresa de dendê. Sua luta corajosa mostra as múltiplas camadas de opressão e violações que resultam do modelo de plantações que foi imposto em suas terras desde os tempos coloniais e, ao mesmo tempo, expõe a impunidade contundente dos atores envolvidos, incluindo os financeiros.

Plantações não são florestas

Essa é uma palavra de ordem comumente usada por comunidades, redes e organizações de apoio em todo o mundo para denunciar a tomada e a destruição de terras e florestas de comunidades com o objetivo de impor o que costuma ser chamado de “desertos verdes”.

Os leitores do boletim do WRM sabem que as plantações industriais destroem a diversidade em suas muitas formas e níveis, e a substituem por um modelo de monocultura que depende de muito agrotóxico e maquinário pesado. Essa destruição inclui as comunidades que têm convivido com essas florestas e esses territórios por gerações, e ajudaram a moldá-los. Os impactos são vários e muitas vezes terminam em devastação para os Povos Indígenas e comunidades que dependem da floresta. Os leitores provavelmente também conhecem a terrível violência que as plantações industriais

acarretam, incluindo criminalização, espancamentos, estupros, prisões ilegais, assédio, vigilância e trauma.

Portanto, ao dizermos “Plantações não são Florestas”, é fundamental que mencionemos e reconheçamos não apenas as diferenças biológicas entre essas duas ideias (“plantações” e “florestas”) e todos os impactos que elas geram, mas também, e mais importante, que reconheçamos que o termo “plantações” está relacionado à imposição colonial e racista de poder sobre comunidades que dependem da floresta, como mostra a luta das comunidades contra a empresa Plantations et Huileries du Congo (PHC), na RDC. Essa imposição, por sua vez, destrói não apenas as “florestas” no sentido biológico, mas também as estruturas sociais, políticas e econômicas e os sistemas de conhecimento que organizaram a terra de maneiras completamente diferentes.

Um clamor contra as plantações da PHC/Feronia/KKM na RDC

Manifestamos nossa solidariedade para com as lutas das comunidades impactadas pela Plantations et Huileries du Congo (PHC), na República Democrática do Congo (RDC), que foi de propriedade da empresa canadense Feronia e apoiada com dinheiro dos Bancos Europeus de Desenvolvimento. (1) Apesar dos milhões de euros injetados, a Feronia faliu em 2021 e os bancos concordaram em entregar as plantações para outra empresa, a Straight KKM. Ao fazê-lo, ignoraram a antiga reivindicação das comunidades pela devolução de suas terras ancestrais sob controle comunitário.

As plantações industriais de dendezeiros ocupam ilegalmente terras comunitárias há mais de 100 anos. São plantações que ajudaram a construir o império do óleo de dendê da empresa alimentícia Unilever. (2) Hoje, essas plantações, sob diferentes proprietários e com diferentes investidores, ainda estão roubando as terras e os meios de subsistência das mesmas comunidades, e são evidências da violência e do racismo profundos em que se baseia esse modelo de monocultura.

Relatos das aldeias denunciam o assédio, a violência e as prisões arbitrárias constantes por parte das forças de segurança das empresas que operam lado a lado com as forças militares e policiais contra as comunidades que estão no entorno dessas plantações. Após a mais recente explosão de violência por parte da segurança da empresa e do Estado, muitos moradores abandonaram suas casas com medo de que os militares voltassem a entrar nelas, forçando as portas, para vasculhar suas casas em busca de dendê supostamente roubado. Eles alegam que os membros da comunidade estão “roubando” os frutos dos “dendezeiros da empresa”. As comunidades sempre colheram o dendê de forma tradicional, para extrair óleo. Desde que as florestas de seus ancestrais foram roubadas

para o cultivo industrial de dendê, a continuação dessa tradição está cobrando um preço muito alto das pessoas que enfrentam essa injustiça. (3)

A violência é grave. De acordo com relatos vindos de Lokutu, um dos três locais onde as plantações da PHC ocupam terras de comunidades, algumas pessoas no distrito de Basoko, na província de Tshopo, foram detidas durante a noite por militares e policiais, acompanhados por agentes da multinacional britânica de segurança GS4 e os seguranças da empresa das plantações. Parece que as prisões visam líderes comunitários que assinaram uma queixa da comunidade, em 2018, contra os Bancos Europeus de Desenvolvimento que financiavam a PHC/Feronia na época.

Os relatos também falam de várias mulheres e meninas sendo estupradas, algumas das quais “são vítimas de grave violência sexual”.

Nesse meio-tempo, o primeiro-ministro congolês, Sama Lukonde, disse em um discurso no início de outubro, durante as preparações da RDC para a conferência da ONU sobre as mudanças climáticas a ser realizada em novembro, que a RDC é “um país de soluções” diante do problema. (4) Conhecendo a visão da ONU sobre as florestas como “lugares de armazenamento de carbono”, só podemos imaginar os planos da RDC para “resolver o problema das mudanças climáticas”.

É imperativo que ergamos nossas vozes para acabar com os crimes perpetuados em benefício das plantações industriais e seus investidores. Basta!

Como diz Flávia, mulher quilombola, mãe e ativista da comunidade Angelim II, de Sapê do Norte, no Espírito Santo, Brasil, que também faz parte de uma longa resistência contra as monoculturas industriais em seus territórios, em entrevista divulgada no último boletim do WRM:

“Então, a primeira coisa: é preciso fazer retomada. Mas, para fazer retomada, é preciso ter o mínimo de organização para não acabar tentando e não conseguindo. Precisamos estar conectados, em rede, mesmo que seja fora do estado, fora do país. (...) Também é muito importante ter cuidado com a vida dos nossos defensores. E nunca desistir, né? Porque se a gente desiste de fazer qualquer processo de luta por direito, de uma forma ou de outra, a gente vai morrer. Se a gente não for defensor, a gente vai ser fuzilado porque é preto, ou vai morrer de fome porque não tem o que comer, ou vai morrer de frio porque não tem onde morar. A gente tem que ficar sempre ligado e tentando se manter vivo. A prioridade é vida, não desistir e se conectar em rede. Apoio é muito importante.”

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (1) Boletim WRM, Development banks make shameless exit from a colonial land grab in the Congo, 2022, <https://www.wrm.org.uy/node/20351>
- (2) Boletim WRM, Um século de agrocolonialismo na República Democrática do Congo, 2022, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/um-seculo-de-agrocolonialismo-na-republica-democratica-do-congo>
- (3) Au jour le jour, L'armée sème la panique à Boteka pour mettre fin aux vols d'huile de palme à la plantation PHC, dénonce la communauté, setembro de 2022, <https://congoaujourd'hui.blogspot.com/2022/09/larmee-seme-la-panique-boteka-pour.html>
- (4) Barometre, COP27: Jean François Mombia Atuku désapprouve la politique du gouvernement congolais, <https://lebarometre.cd/2022/10/04/cop27-jean-francois-mombia-atuku-desapprouve-la-politique-du-gouvernement-congolais/>
- (5) Boletim WRM, Comunidades quilombolas recuperam terra e água após 40 anos de monocultura de eucalipto no Brasil, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/comunidades-quilombolas-recuperam-terra-e-agua-apos-40-anos-de-monocultura-de-eucalipto-no-brasil>

Nova pressão por plantações industriais de árvores encontra resistência das comunidades

As plantações industriais de árvores, independentemente do discurso, sempre estiveram relacionadas ao controle das empresas sobre as terras férteis das comunidades. É inerente ao modelo de monocultura colocar em risco a sobrevivência, a soberania alimentar e a autonomia dessas comunidades, aprofundar a violência do patriarcado e impor a mesma forma destrutiva e opressiva de organizar a terra da era colonial.

Há uma pressão visível por parte da indústria para apresentar as plantações industriais de árvores como uma solução benigna para a crise do clima e da biodiversidade, até mesmo como indispensável para superá-la.

A indústria destaca a capacidade das árvores de absorver carbono e fornecer matéria-prima para uma economia “descarbonizada” e “bio”. Mas a propaganda (e os interesses) que promovem essas afirmações ocultam muitas contradições e injustiças. Aqui, destacamos apenas algumas delas.

Para começar, o carbono absorvido pelas árvores nunca será capaz de compensar aquele que é liberado dos depósitos de petróleo e carvão armazenados por milênios no subsolo. A ideia de que o impacto climático de todo o carbono é o mesmo, seja ele oriundo do desmatamento ou da queima de petróleo, gás ou carvão, é uma (falsa) premissa fundamental na sustentação das compensações – que, por sua vez, são o principal pilar dos mercados de carbono, do REDD+, da “emissão líquida zero”, do “desmatamento líquido zero” e, agora também, das chamadas “soluções baseadas na natureza”.

“Afirmar que todo o carbono é igual também ajuda a ocultar a violência, a destruição ecológica e o abuso de poder que foram a base dos impérios das grandes empresas de combustíveis fósseis. Também leva essa violência e esse abuso aonde os projetos de compensação supostamente armazenam uma quantidade equivalente do carbono liberado.” (1)

Outro ponto crucial que é completamente ocultado na propaganda de empresas e governos sobre a expansão das monoculturas é que as plantações industriais são muito mais do que árvores e fazem parte de um modelo de monocultura que foi imposto violentamente na época colonial. Esse modelo é baseado no racismo, no roubo de terras, na opressão violenta das pessoas que são expulsas de suas terras, na devastação ecológica e na destruição das economias e das relações sociais, espirituais e culturais locais.

As plantações industriais foram centrais para o processo do colonialismo e sua expansão. As monoculturas impõem uma forma específica de organizar a terra (e, conseqüentemente, as pessoas) que substitui violentamente outras formas de organização da terra (com pessoas), por exemplo, na forma de bens comuns florestais ou de acordo com as práticas e sistemas de governança dos Povos Indígenas. (2) Como apontou Larry Lohmann em sua apresentação de 2011 de “Plantations and Colonialism”, *“as plantações escravistas do passado e as plantações industriais de hoje não apenas sustentam o colonialismo; elas são constituídas por colonialismo”*. (3)

Existe uma clara conexão econômica com esse processo. As colônias escravistas das Américas, baseadas em plantações, não apenas forneciam mercadorias especiais, mas também eram um mercado cativo para ferramentas de metal, têxteis e provisões para o império britânico de início a meados do século XVIII. As próprias plantações eram subprodutos de um novo sistema econômico.

A seguinte grande expansão das plantações industriais no Sul global ocorreu na década de 1960 e foi impulsionada pelas “necessidades”, fabricadas pela indústria, de aumento do consumo de celulose e madeira nos países industrializados. Portanto, a indústria das plantações tem sido fundamental para gerar uma expansão cada vez maior do consumo de produtos à base de madeira, principalmente no Norte global. *“As plantações são estabelecidas porque atendem a determinados interesses, [e] estão em sintonia com determinados discursos.”* (4)

Como forma de enfrentar a resistência e as críticas (também cada vez maiores) a essas monoculturas, as empresas de plantações afirmam não só que esse modelo de monocultura é uma solução para a crise do clima, da biodiversidade e do desmatamento, mas também que podem gerar produtos à base de madeira “sustentáveis” – como “biocombustíveis”, “fibras à base de madeira”, “plásticos à base de madeira” etc. Além dos muitos argumentos e depoimentos que contrariam essas afirmações, como explica Lohmann na apresentação mencionada acima, falar sobre plantações industriais “sustentáveis” de eucaliptos ou dendezeiros é como falar sobre colonialismo sustentável ou superacumulação sustentável.

Essa nova pressão vem com novos eufemismos – como “reflorestamento”, “restauração”, “soluções baseadas na natureza”, (6) “remoção de carbono”, entre muitos outros.

Mas o mais urgente hoje em dia é que as empresas de plantações estão pressionando para promover ainda mais nesse modelo de monoculturas, argumentando enganosamente que ele também pode trazer desenvolvimento e riqueza para proprietários de terras rurais que aderirem a esquemas de agricultura integrada com empresas. O esquema de produtores

ou pequenos proprietários integrados (também conhecido como agricultura por contrato) é uma estratégia usada pelas empresas de plantações para continuar expandindo suas monoculturas, apesar da forte e constante resistência às grandes concessões que recebem.

“Essa abordagem permite que as empresas continuem ampliando o controle sobre mais terras e aumentem sua produção [de óleo de dendê] sem ser acusadas de se tornar grandes proprietárias de terras ou de despejar famílias camponesas. Os governos também começaram a promover esses esquemas para evitar os conflitos sociais provocados pela entrega de grandes concessões a empresas. A agricultura por contrato também se tornou uma tática para as empresas [de óleo de dendê] acessarem novos financiamentos, muitas vezes públicos, de bancos de desenvolvimento, agências de desenvolvimento, governos e outros financiadores. Elas alegam que esses contratos beneficiam os camponeses, quando, na verdade, quem se beneficia são as empresas e seus financiadores.” (7)

As promessas (ou seja, mentiras) das empresas de plantações não são novas, mas seus discursos e suas fraudes certamente são moldados de acordo com seus atuais interesses em aumentar as oportunidades de mercado e a demanda por suas plantações, e com as resistências e críticas dos afetados.

“As empresas e os investidores responsáveis por essas plantações sempre negaram seus impactos negativos e graves, e desenvolvem campanhas regulares de desinformação destinadas a angariar apoio do governo, conquistar a mídia, convencer investidores a financiar suas plantações e persuadir os consumidores a comprar seus produtos. Igualmente importante é o fato de que essas campanhas têm como alvo as próprias comunidades impactadas por essas plantações e muitas vezes contribuem para intimidar e criminalizar seus membros que lutam contra as plantações, a fim de silenciar qualquer resistência.” (8)

As plantações industriais, independentemente do discurso e da propaganda, sempre estiveram relacionadas ao controle das empresas sobre as terras férteis das comunidades. É inerente ao modelo de monocultura colocar em risco a sobrevivência, a soberania alimentar e a autonomia dessas comunidades, e impor a mesma forma destrutiva e opressiva de organizar a terra (e, portanto, as pessoas) da era colonial.

Os impactos avassaladores dessa apropriação maciça de terras para o lucro das grandes empresas são imensuráveis. (9) No entanto, nós, do WRM, aprendemos durante nossas conversas com mulheres que vivem dentro e próximo dessas plantações industriais que um aspecto inerente ao modelo das plantações permaneceu muito pouco visível: o modelo de monocultura também aprofunda a violência do patriarcado.

“Quando essas plantações industriais invadem terras de comunidades, a violência sexual, o estupro e o abuso contra mulheres e meninas aumenta muito. Isso acontece onde quer que as plantações industriais sejam estabelecidas e independentemente de a plantaçao ser de dendê ou seringueira.

A maioria das mulheres que são vítimas de violência sexual dentro e próximo dessas plantações industriais sofre em silêncio. Poucas relatam incidentes de agressão, estupro ou assédio sexual por medo de represálias e mais abusos por parte das autoridades e funcionários das empresas. Isso, por sua vez, expõe as mulheres a mais violência e abuso sexual, pois os autores não correm praticamente nenhum risco de ser responsabilizados pela violência que infligem às mulheres. Normas culturais que estigmatizam mulheres estupradas, culpam-nas pela agressão e expõem suas famílias à vergonha aumentam muito o sofrimento dessas mulheres. Muitas vezes, elas sofrem não apenas em silêncio, mas também sozinhas”. (10)

À medida que as empresas se expandem cada vez mais, as comunidades tecem diferentes formas de resistência.

Uma das primeiras fábricas de celulose resultantes da expansão dessas plantações foi a da Aracruz, no Brasil, construída literalmente em cima da aldeia indígena tupiniquim chamada Macacos. Para instalar suas plantações industriais de eucalipto, a Aracruz roubou as terras de dezenas de outras comunidades tupiniquins e destruiu a Mata Atlântica, incluindo os muitos córregos e rios dos quais dependiam os tupiniquins nessa região. A destruição devastadora das aldeias e de seu território foi, ao mesmo tempo, o início de uma luta de 40 anos, (5) com a qual as comunidades tupiniquins, em aliança com comunidades guaranis que se uniram à sua luta nos anos 1960, recuperaram grande parte de seu território. Sua luta inspirou outras comunidades no Brasil e em outros lugares a resistir ao avanço das plantações de eucalipto e reivindicar terras tomadas por multinacionais de papel e celulose.

As lutas dos Povos Indígenas e comunidades que dependem das florestas contra as monoculturas industriais de árvores se dão na defesa de suas terras e florestas, seus bens comuns, suas relações e seus espaços de vida nutridos com suas histórias, saberes e visões.

Rosalva Gomes, ativista do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Brasil, explica: *“Não existe receita pronta para resistir. Depende de cada território, do alcance de cada território, vai depender muito da fortaleza interna de cada território e da especificidade de cada país, estado e comunidade. Mas existe uma estratégia unificadora. Porque de uma coisa temos certeza: se não contribuirmos com fortalecimento, unindo forças, vamos*

sofrer impactos muito grandes, ainda maiores. Já estamos atravessando muitas dificuldades. A união de forças entre comunidades e organizações é um dos caminhos da resistência”. (11)

O WRM continua se esforçando para apoiar e acompanhar as resistências da comunidade.

Secretariado Internacional do WRM

1) Is all Carbon the same? Fossil carbon, violence and power, in “15 years of REDD. A Mechanism Rotten at the Core”, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/15-anos-de-REDD-Um-esquema-corrompido-em-sua-essencia>

Veja, também, WRM, O que há de errado com plantar árvores? Novos incentivos para expandir as plantações industriais de árvores no Sul Global? <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/o-que-ha-de-errado-com-plantar-arvores-novos-incentivos-para-expandir-as-plantacoes-industriais-de-arvores-no>

(2) Plantations and Colonialism. Apresentação de Larry Lohmann no Fake Forest Day de 4 de dezembro de 2011, em Durban, África do sul, <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/plantations-and-colonialism>;

Veja, também, um vídeo dessa apresentação feita em Durban, África do sul, em 2011, https://www.youtube.com/watch?v=SnOoG5_Tzv0.

(3) Idem 2

(4) Carrere, Ricardo e Lohmann, L (1996), Pulping the South, Industrial Tree Plantations and the World Paper Economy, <https://www.wrm.org.uy/publications/pulping-the-south-industrial-tree-plantations-in-the-world-paper-economy>

(5) Boletim do WRM, Aprendizagens de lideranças indígenas tupiniquim do Brasil sobre a retomada de seus territórios: uma luta de mais de 40 anos <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/aprendizagens-de-liderancas-indigenas-tupinikim-do-brasil-sobre-a-retomada-de-seus-territorios-uma-luta-de-mais-de-40-anos>

(6) Boletim do WRM, “Soluções baseadas na natureza”: ocultando um grande roubo de terras. <https://www.wrm.org.uy/pt/boletins/nro-255>

(7) WRM, Nove razões para dizer NÃO aos contratos com o agronegócio do dendê, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/nove-razoes-para-dizer-nao-aos-contratos-com-o-agronegocio-do-dende>

(8) WRM, 12 respostas a 12 mentiras sobre plantações industriais de árvores, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/12-respostas-a-12-mentiras>

(9) Encontre muitos artigos e materiais destacando as lutas contra as plantações de monoculturas industriais aqui: <https://www.wrm.org.uy/pt/temas/luta-contr-monoculturas-de-arvores>

(10) Rompendo o silêncio: As plantações industriais de dendezeiros e seringueiras geram assédio, violência sexual e abuso contra as mulheres. <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/rompendo-o-silencio-as-plantacoes-industriais-de-dendezeiros-e-seringueiras-geram-assedio-violencia-sexual-e-abuso-contr-as-mulheres> Para mais informações, consulte:

Exploração sexual e violência contra as mulheres na raiz do modelo de plantações industriais. <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/exploracao-sexual-e-violencia-contr-as-mulheres-na-raiz-do-modelo-de-plantacoes-industriais>

Impacts of Large Scale Oil Palm Plantations on Women, <https://www.wrm.org.uy/publications/impacts-of-large-scale-oil-palm-plantations-on-women>

Patriarcados nas florestas da Índia: comunidades em perigo, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/patriarcados-nas-florestas-da-india-comunidades-em-perigo>

(11) Boletim do WRM, A semeadura da luta e da articulação coletiva, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/a-semeadura-da-luta-e-da-articulacao-coletiva>

A Rede Alerta contra os Desertos Verdes do Brasil reacende a chama da resistência

A rede que articula movimentos, organizações e comunidades na luta contra as monoculturas de árvores se reuniu no Extremo Sul da Bahia. Neste 21 de setembro, voltou a denunciar os impactos de um modelo violento e injusto, baseado em grandes plantações e voltado principalmente à exportação de celulose.

Num encontro histórico, a Rede Alerta contra os Desertos Verdes do Brasil conseguiu se reunir novamente no mês de setembro de 2022, no Extremo Sul da Bahia. Depois da pandemia, e apesar de muitas dificuldades em função da situação econômica e social da maioria da população, comunidades camponesas, quilombolas, indígenas, ativistas, organizações e movimentos sociais de várias regiões do país, se encontraram e reacenderam a chama da resistência frente à expansão das monoculturas industriais de árvores que continuam invadindo seus territórios.

Durante o encontro, foram compartilhadas experiências de resistência, informações sobre os impactos das monoculturas de eucaliptos e fábricas de celulose e se fortaleceram os laços de união e, com isso, suas lutas pela terra e pela vida. O encontro foi finalizado com a publicação de uma carta onde a Rede denuncia os principais impactos de um modelo que já tem demonstrado ser injusto e não respeitar as comunidades e suas culturas, nem os territórios onde se instala (veja carta abaixo).

Uma longa história de resistência

Grandes monoculturas de eucalipto, pinus e outras árvores têm-se expandido em distintas regiões do Brasil, sobretudo desde a segunda metade da década de 60 do século passado. Um dos principais estados onde este processo se iniciou foi o Espírito Santo, com a instalação, no município de Aracruz, de uma empresa chamada Aracruz Florestal.

Usando os meios mais sórdidos e com todo o apoio do governo militar da época, essa empresa se apoderou das terras dos indígenas Tupinikins e Guaranis, expulsando boa parte destas populações. Alguns anos depois, avançou mais sobre o Norte do Espírito Santo tomando as terras das Comunidades Quilombolas e expulsando também grande parte desta população. A empresa devastou a densa Mata Atlântica que havia na região e plantou grandes áreas com a monocultura de eucalipto, destinado principalmente à produção de celulose para exportação. Enquanto isso, outras empresas avançaram com plantações no estado de Minas Gerais, produzindo carvão de eucalipto para abastecer empresas da siderurgia.

A partir dos meados dos anos 1980, a devastação segue firme e avança pelo Extremo Sul da Bahia. O monocultivo avançou também sobre as terras de comunidades camponesas e sobre grandes fazendas, áreas reivindicadas mais tarde pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para poder assentar as inúmeras famílias sem-terra. Com a redemocratização do país e com o surgimento de diversos movimentos sociais, os conflitos foram ficando cada vez mais evidentes enquanto as lutas conseguiram avançar mais.

Todo o acúmulo de violações de direitos sobre os mais diversos grupos comunitários culminou, no fim da década de 1990, na criação no estado do Espírito Santo de uma rede de resistência contra as plantações de eucalipto: a REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. A rede se constituiu como uma articulação e um movimento horizontal a partir das lutas concretas de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, impactadas pela monocultura do eucalipto, que buscavam defender e recuperar seus territórios. Somaram-se a essas comunidades um amplo grupo de cidadãos, entidades, movimentos sociais, pastorais e igrejas, dispostos a apoiar essas lutas e convictos de que é preciso enfrentar o capitalismo, o pensamento desenvolvimentista e um modelo de plantio de monocultura de árvores em larga escala baseado em grandes projetos concentradores de renda e de terra. Por exemplo, além do já citado MST, movimentos como o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores), o MLT (Movimento de Luta pela Terra) e a própria Via Campesina começaram a participar e questionar também a monocultura de eucalipto, os limites de sua expansão e fazer ações de protesto.

A Rede Alerta no Espírito Santo foi se articulando com e se expandindo para outras regiões afetadas por os desertos verdes, como na Bahia e em Minas Gerais, e também para estados e regiões para onde a monocultura de eucalipto estava se espalhando, como Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Desde então, a Rede Alerta tem sido um espaço para troca de experiências e fortalecimento das lutas de resistência nas mais distintas regiões do país. Encontros nacionais, seminários, publicações, intervenções e marchas denunciando as múltiplas violações foram realizadas, além de ações diretas de retomadas de territórios no Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

O setor de plantações de papel e celulose no Brasil, subsidiado pelo Estado nas suas diferentes escalas (municipal, estadual, federal), diferentes arenas (poder executivo, legislativo, judiciário) e em sucessivos governos de distintas matrizes ideológicas, continua avançando sobre terras férteis e agricultáveis e impactando comunidades. A Aracruz Celulose foi apenas um exemplo a ser destacado por ser uma das primeiras

empresas do setor. Há outras empresas igualmente destrutivas, como CMPC (ex-Aracruz), International Paper, Eldorado e a Veracel (parceria entre a Stora Enso e Suzano). Os nomes das empresas podem mudar, como a Aracruz, que se tornou a Fibria e hoje chama-se Suzano, mas os impactos e os crimes continuam sendo os mesmos e a responsabilidade pelo legado de violações causadas também.

**Carta do Encontro Nacional da Rede Alerta contra os Desertos Verdes
Alerta! Alerta! 21 de setembro de 2022. Alerta! Alerta!**

No Dia da Árvore, sob a farsa do “manejo florestal sustentável” e do “carbono neutro”, as empresas de celulose e siderurgia intensificam sua propaganda verde, enquanto comemoram seus lucros e armam seus latifúndios. Enquanto glorificam a árvore, expandem suas monoculturas de eucalipto. Com apoio do Estado, o agro é cada vez mais tóxico. Monocultura=Monofuturo.

Nós, integrantes da Rede Alerta contra os Desertos Verdes, composta por comunidades indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e camponesas, ativistas, pesquisadores, advogados populares, sindicatos, organizações e movimentos sociais, nos reunimos entre os dias 16 e 19 de setembro de 2022 na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, no município de Prado, Extremo Sul da Bahia. Neste encontro percorremos territórios e trocamos experiências acerca dos impactos da monocultura (principalmente de eucalipto) e da indústria de celulose em nossas vidas, assim como de nossas lutas de resistência e construção de outras realidades.

Denunciamos, mais uma vez, que a expansão das monoculturas e sua cadeia logística e industrial produzem inúmeros impactos ambientais e sociais, que resultam em perda de biodiversidade e de qualidade de vida, no campo e na cidade.

Um de seus efeitos mais perversos é a redução das possibilidades de sucessão geracional de famílias quilombolas, indígenas, e camponesas em seus territórios, com a diminuição abrupta das condições de agricultura e extrativismo e, por consequência, de sua segurança alimentar, marginalizando, criminalizando e expulsando comunidades de seus territórios ancestrais.

Como medidas agudas de expulsão das famílias que reivindicam seus territórios em áreas sobrepostas pelos monocultivos de eucalipto e pelo agronegócio são feitas diversas ameaças, que são concretizadas em atentados às vidas das comunidades, a exemplo do caso recente do assassinato do indígena Pataxó Sarã (“raiz” na língua nativa Pataxó) de 14 anos, na Terra Indígena Comexatibá (Prado/BA), do incêndio criminoso no Ponto de

Memória Mesa de Santa Bárbara da Comunidade Quilombola do Linharinho (Conceição da Barra/ES), e da prisão política do Professor, Poeta e Produtor Cultural Flávio Prates após ação de despejo ocorrida na área do Acampamento Nova Trancoso (Trancoso/BA).

A pulverização, inclusive aérea e por drones, de agrotóxicos nos monocultivos geram a contaminação do solo, dos cursos de água, da flora e fauna, das plantações e dos moradores do entorno. Esta situação será agravada pela liberação de eucaliptos transgênicos tolerantes ao herbicida Glifosato. Além disto, os grandes maciços de monocultivos são responsáveis por secar nascentes, córregos, lagoas e poços, e empobrecer e degradar a fertilidade dos solos, culminando em sua erosão, pois substitui a diversidade dos biomas por uma única planta replicada em série.

Os efeitos ambientais locais dos monocultivos tornam as comunidades atingidas mais vulneráveis aos desdobramentos da emergência climática, principalmente a crescente ocorrência de longos períodos de estiagem e o aumento da temperatura da superfície terrestre.

O transporte de toras de eucalipto por caminhões desde as plantações até as fábricas de celulose degrada as estradas, produz ruído dia e noite, afeta a qualidade do ar pela geração de poeira e emissão de gases de efeito estufa, aumenta os níveis de atropelamento de fauna silvestre, e aumenta dramaticamente o risco de acidente nas estradas, já tendo ocorrido inúmeros acidentes inclusive com casos de morte de pessoas, em diferentes locais do Brasil.

Os impactos socioambientais das fábricas de celulose também são significativos tendo em vista as grandes quantidades de água utilizadas e grandes quantidades de efluentes industriais despejados nos rios, que podem conter elementos extremamente tóxicos como as dioxinas e furanos, produzidos em função do branqueamento do papel com Cloro. Estas indústrias produzem altos níveis de ruídos, e emissão atmosférica de materiais particulados, fuligem, serragem e compostos de enxofre (que causam forte odor característico), esta poluição pode causar inúmeros problemas respiratórios como tosse, irritação das vias aéreas, dificuldade de respiração, asma, além de ardência nos olhos, vertigem, dor de cabeça, náusea, falta de apetite, distúrbios emocionais como irritação e depressão, e pode levar à problemas cardiovasculares. Além do permanente risco de acidentes que trabalhadores e populações residentes do entorno das fábricas estão expostos.

Atreladas às ações capitalistas empresariais, estão diferentes esferas do Estado. Esta aliança do setor dos monocultivos de árvores com o Estado brasileiro tem raízes na ditadura militar e segue até os dias de hoje, através de benefícios fiscais e de

financiamentos públicos; da proteção do aparato policial/militar; da não execução dos processos de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas e dos processos de demarcação e titulação coletiva das terras indígenas (o governo Bolsonaro cumpriu sua promessa e foi o primeiro a zerar demarcações em terras indígenas); da aprovação na CTNBio de variedades transgênicas de eucalipto sem o estudo dos possíveis impactos na saúde humana e ambiental, tal como a falta de informações as populações potencialmente atingidas; do desmonte da legislação e dos órgãos de licenciamento e fiscalização ambiental; e da ausência de efetivação das políticas de permanência das populações camponesas, quilombolas e indígenas no campo.

Frente ao exposto conclamamos toda a sociedade civil organizada e exigimos, principalmente do Estado brasileiro, as seguintes medidas com extrema urgência:

- A titulação coletiva dos territórios quilombolas e indígenas, com efetiva garantia da soberania destes povos sobre seus territórios;
- A implantação de novas terras para uma reforma agrária com princípios agroecológicos;
- O atendimento integral das reivindicações expressas na I Carta das Comunidades Quilombolas do Extremo Sul da Bahia, de dezembro de 2021;
- A não liberação de novas árvores transgênicas, e o não plantio das árvores transgênicas já liberadas pela CTNBio;
- Que a CTNBio se atenha a observação do princípio da precaução e da avaliação criteriosa e científica na liberação de transgênicos, escandalosamente não observados em suas liberações, e rotineiramente documentados, como no caso do eucalipto transgênico H421;
- A não aprovação do Projeto de Lei 1.366/22 que está tramitando na Câmara dos Deputados e visa retirar a silvicultura da lista de atividades “potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais”, retirando a necessidade de licenciamento ambiental;
- Maior tributação, regulação, e rigor nos processos de licenciamento ambiental e fiscalização dos monocultivos e das indústrias de celulose;
- A proibição da pulverização aérea de agrotóxicos;
- A garantia da segurança e integridade física das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. Que se defenda a vida do povo e não os interesses das empresas.

Ressaltamos ainda que em função das diversas violações de direitos relatados reconhecemos como legítimas e necessárias as retomadas dos territórios dos povos e comunidades tradicionais invadidos, saqueados e degradados pelas empresas do setor da celulose e demais monocultivos do agronegócio.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

21 de setembro de 2022 -
Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores
Rede Alerta contra os Desertos Verdes
<https://alertacontradesertosverdes.org/>

Resistindo às plantações de dendezeiros em Uganda

Na ilha de Kalangala, em Uganda, as plantações de dendezeiros da BIDCO, empresa que tem como uma das proprietárias a multinacional Wilmar, causaram impactos devastadores. A BIDCO planeja expandir suas atividades para a Ilha de Buvuma, mas continua enfrentando forte oposição organizada! Assista a um pequeno vídeo com testemunhos de resistência da Ilha de Buvuma.

Em Uganda, o dendê não é nativo. Foi na década de 1990 que o governo, com apoio do Banco Mundial e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da ONU, começou a criar um Programa Nacional de Desenvolvimento de Óleos Vegetais, onde o principal cultivo era o dendezeiro.

O governo de Uganda estabeleceu um processo de licitação para selecionar uma empresa que pudesse plantar dendezeiros, construir uma fábrica de óleo de dendê e realizar um programa com pequenos produtores integrados. O governo se responsabilizava por garantir a terra para a empresa, além de outros benefícios, como vários incentivos fiscais.

(1) Em 2003, foi assinado um acordo de parceria público-privada entre o governo de Uganda e a BIDCO, da qual a multinacional Wilmar é uma das proprietárias. A Wilmar é a segunda maior operadora internacional de plantações de dendezeiros na África, depois da Socfin, com um longo histórico relacionado a violações de direitos humanos. (2)

Os programas de pequenos produtores ou agricultores integrados, também conhecidos como agricultura por contrato, são usados por empresas de plantações para ter mais acesso e controle sobre as terras das comunidades. Os pequenos agricultores plantam dendezeiros em suas terras e a empresa, por sua vez, compra todo o dendê que eles produzirem. Os governos geralmente apoiam esses esquemas, que são apresentados como um acordo em que todos saem ganhando, embora sejam, na verdade, uma armadilha. Os agricultores acumulam dívidas desde o início, perdem a liberdade de decidir a quem vender sua produção, enfrentam restrições rígidas ao plantio de outras culturas, abrem mão da autonomia e até mesmo de suas terras, entre outras consequências importantes.

(3)

O acordo assinado menciona a promoção de 40 mil hectares de plantações de dendezeiros no país. Por volta de 2005, a BIDCO iniciou suas plantações industriais na ilha de

Kalangala, com cerca de 10 mil hectares, dos quais quase dois terços são plantações da empresa, enquanto o restante funciona sob regime de agricultura integrada.

Como acontece na maioria dos países, as empresas de plantações de dendezeiros chegam às comunidades com muitas promessas. Como forma de convencer as pessoas, a BIDCO convidou os membros da comunidade para reuniões e seminários onde foram feitas várias promessas e, como resultado, muitos foram induzidos a assinar documentos e acordos de consentimento com a empresa que, mais tarde, ela usou para se apropriar das terras deles.

A experiência dos moradores da ilha de Kalangala é devastadora. Suas terras foram tomadas, suas florestas, destruídas e suas águas, contaminadas. Pessoas que se opuseram à empresa foram presas e torturadas, e mulheres e crianças foram expulsas e não têm onde ficar.

A BIDCO estava planejando começar a expandir suas plantações na ilha de Buvuma em 2012, mas o governo teve muita dificuldade de garantir a terra. Houve forte oposição organizada contra a empresa e os planos do governo para transferir as comunidades. Até hoje a empresa não conseguiu avançar como havia previsto inicialmente. A resistência das comunidades tem sido fértil!

O pequeno vídeo abaixo, de 6 minutos, mostra como as comunidades na ilha de Buvuma, e as mulheres em particular, estão resistindo à expansão das plantações de dendezeiros da BIDCO em suas terras. Também é um apelo à resistência e um alerta para que outras comunidades, que possam estar enfrentando as mesmas ameaças, não entrem no negócio do dendê:

<https://www.wrm.org.uy/pt/multimedia/uganda-resistindo-as-plantacoes-industriais-de-dendezeiros>

(1) World Law Group, Uganda: Tax Incentives for Foreign Direct Investment, 2022, <https://www.theworldlawgroup.com/news/uganada-tax-incentives-for-foreign-direct-investment>

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(2) Chain Reaction Research, African Oil Palm Expansion Slows, Reputation Risks Remain for FMCGs, 2022, <https://chainreactionresearch.com/report/african-oil-palm-expansion-slows-reputation-risks-remain-for-fmcgs/>

(3) WRM, Nove razões para dizer NÃO aos contratos com o agronegócio do dendê, 2022, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/nove-razoes-para-dizer-nao-aos-contratos-com-o-agronegocio-do-dende>

12 respostas a 12 mentiras sobre plantações industriais de árvores: nova edição de um documento do WRM

Por ocasião do 21 de setembro de 2022, Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores, o WRM lançou o documento “12 respostas a 12 mentiras sobre plantações industriais de árvores”.

Por ocasião do 21 de setembro de 2022, Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores, o WRM lançou o documento “12 respostas a 12 mentiras sobre plantações industriais de árvores”.

Esse documento foi publicado originalmente em 1999, sob o título “Dez respostas para dez mentiras”. Na época, as plantações de monoculturas de eucalipto, acácia, pínus e seringueira estavam se expandindo em muitos países. Naquele contexto, o WRM identificou a necessidade de produzir uma ferramenta simples, que fornecesse informações para que ativistas comunitários e organizações de base pudessem se contrapor às declarações mais enganosas que as empresas divulgam para promover essas plantações de árvores.

Desde então, as empresas de plantações continuaram aperfeiçoando sua resposta às críticas que comunidades, ativistas e organizações fazem às plantações. Talvez não seja surpresa, mas em vez de tratar das críticas, as empresas têm apresentado mais mentiras. Isso, junto à renovada e atual investida de plantações industriais de árvores em muitos países, motivou o WRM a publicar uma nova edição do documento de 1999.

A campanha do WRM contra as monoculturas de árvores

O documento publicado em 1999 foi elaborado no contexto da campanha do WRM contra as monoculturas de árvores, lançada em 1998. Como parte dessa campanha, foram produzidos diversos instrumentos e realizadas várias atividades de apoio às comunidades na luta contra as monoculturas de árvores. A campanha continua até hoje.

Por que a questão das plantações de árvores tem tido um papel tão importante, por tanto tempo, no trabalho do WRM?

Uma das razões é que a promoção de plantações de monoculturas de árvores tem sido um ingrediente central das principais políticas internacionais elaboradas nos últimos 30 a 40 anos para combater o desmatamento – apesar de essas plantações serem uma causa do desmatamento. Por exemplo, a promoção das plantações industriais de árvores foi um dos pilares do Plano de Ação para a Silvicultura Tropical, lançado em 1985 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em parceria com o Banco Mundial e outras instituições. O mecanismo de REDD+, por sua vez, ao ser lançado em 2007, afirmava que, entre outras coisas, tratava-se de “aumentar os estoques de carbono florestal”, abrindo as portas para a promoção de plantações de árvores em grande escala, na forma de projetos de REDD+.

A confusão deliberada entre plantações e “florestas” – quando a única semelhança entre elas é a presença de árvores – é mais uma razão para o WRM atribuir um papel central à questão das plantações de árvores em seu trabalho. Até hoje, as plantações industriais, muitas vezes de espécies exóticas e até mesmo de árvores geneticamente modificadas, são consideradas “florestas” pela FAO, a principal agência da ONU para questões florestais. Essa também é, provavelmente, a principal mentira que as empresas de plantações difundiram e da qual se beneficiaram.

Outra razão para o foco do WRM nas plantações de árvores é o fato de que o Sul global se tornou a área mais visada para a expansão das plantações industriais de monoculturas de árvores nos últimos 30 a 40 anos. A principal razão para isso é que, no Sul global, as empresas encontram as condições mais favoráveis para obter lucros, como terras férteis a preços baixos, mão de obra barata e um clima que favorece o crescimento muito rápido das árvores, principalmente os eucaliptos.

Além disso, especificamente no Sul global, o “modelo de plantation” tem um longo histórico que remonta à época colonial, quando as potências europeias roubavam terras de comunidades para estabelecer plantações lucrativas de diferentes monoculturas para exportação, baseadas em trabalho escravo. Embora as lutas de libertação tenham posto fim à época colonial em quase todos os casos, o “modelo de plantation” sobreviveu. As empresas afirmam que as plantações “modernizaram” suas condições de trabalho, são “socialmente responsáveis” e “sustentáveis”, e suas práticas são “certificadas”. No entanto, as principais características do “modelo de plantation” permanecem intactas, como a exploração de mão de obra, a tomada de grandes extensões de terras e florestas das comunidades, e a destruição e contaminação de seus meios de subsistência. As plantações neocoloniais de hoje continuam refletindo e fortalecendo principalmente os interesses

capitalistas do Norte, além de oprimir comunidades indígenas e negras, e principalmente mulheres, no Sul global, sustentando e fortalecendo o racismo e o patriarcado.

Novas mentiras difundidas por empresas de plantações

As empresas de plantações continuam usando a maior parte das mentiras de 1999, inclusive chamando as plantações industriais de árvores de “florestas plantadas” e alegando que elas são estabelecidas em terras degradadas, melhoram o meio ambiente e combatem as mudanças climáticas, protegem as florestas nativas e contribuem para a geração de empregos e para as economias locais.

Além disso, há também uma série de mentiras novas. Por exemplo, a de que, ao substituir os combustíveis fósseis, **as plantações podem contribuir para a chamada “bioeconomia”**. Elas promovem o plantio de árvores para geração de eletricidade por meio de “plantações de biomassa” ou da produção de itens para consumo em massa, como plásticos, têxteis ou medicamentos. É uma tentativa de se contrapor à crítica de que essas plantações contribuem para a destruição de florestas e outros biomas, agravando ainda mais as mudanças climáticas.

Como as plantações industriais e todos os seus impactos negativos podem ser a base de uma “bioeconomia” que afirma respeitar a vida e a natureza? Colocar em prática o plano dessas empresas implicaria plantar eucaliptos em países inteiros do Sul global. Provavelmente, a principal motivação dos donos das plantações é outra: mais uma grande oportunidade de negócios.

Outra mentira que as empresas espalham é que seus **conflitos com comunidades por causa de terras, poluição da água, condições de trabalho, etc. podem ser resolvidos por meio de “certificação” das plantações**. Por exemplo, o FSC (Conselho de Manejo Florestal, na sigla em inglês) concede seu selo a empresas que demonstrem estar engajadas no “manejo sustentável” de suas plantações. O selo FSC tem sido um sucesso para as empresas. Ele foi dado a muitas delas, mesmo que os documentos tenham comprovado que seus títulos de propriedade eram ilegais ou que elas estavam envolvidas em conflitos com as comunidades locais. O fato de o FSC não cumprir suas promessas tem a ver com não questionar as principais características do “modelo de plantações”: grande escala, plantio de árvores em monocultura, tomada de terras férteis das comunidades e da água nas áreas em questão.

Seguindo uma iniciativa da ONU, várias **empresas também dizem que agora estão comprometidas com o empoderamento das mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade**. As políticas de gênero das empresas surgiram em resposta às críticas e lutas das mulheres contra o modelo de plantações. O fato de as empresas plantadoras terem estabelecido essas políticas também é uma resposta específica ao empenho das mulheres na luta contra as plantações industriais de árvores.

Mas a suposta “igualdade” de oportunidades de emprego oferecida às mulheres oculta a prática empresarial comum de contratar mais mulheres do que homens para tarefas perigosas e mal remuneradas se acreditarem que elas as cumprirão com mais eficiência. Entre os exemplos estão o trabalho muito preciso realizado em viveiros de árvores e a aplicação de agrotóxicos. Além disso, as empresas destroem as terras das quais as mulheres dependem para preservar seus conhecimentos e suas práticas tradicionais. As empresas tendem a reforçar ainda mais as estruturas patriarcais quando buscam e confiam nos processos predominantemente masculinos de aprovação da comunidade para usar terras comunitárias em plantações de árvores.

Onde quer que as mulheres se levantem, as empresas têm usado estratégias para romper sua resistência, intimidando-as e as criminalizando. As empresas costumam ignorar o fato de que suas plantações estão ligadas ao aumento da violência sexual e do assédio às mulheres, um dos impactos mais silenciados e perversos do “modelo de plantações”.

No continente africano, onde os investidores esperam ganhar mais dinheiro com as plantações no futuro, consultores espalham a mentira de que os **países da África devem seguir a história de sucesso das plantações de árvores no Brasil e no Uruguai**. Se a medida do sucesso for a riqueza dos donos das empresas nesses países, essas plantações certamente serão consideradas um êxito. O principal proprietário da maior empresa brasileira de plantações é membro de uma das famílias mais ricas do país. No entanto, as empresas de plantações no Brasil roubaram terras de povos indígenas, negros e outras comunidades, e provocaram mais empobrecimento e racismo contra esses grupos. No Uruguai, devido a um grande êxodo de moradores das zonas rurais, as plantações podem se expandir com relativa facilidade. Atualmente, apenas 5% da população vive em áreas rurais.

Outra mentira que as empresas de plantações espalham é que essas **plantações são um negócio muito saudável financeiramente e, portanto, merecem apoio**. Mas a principal razão pela qual as plantações de árvores são lucrativas para os proprietários e acionistas das empresas é que bancos e instituições públicas e privadas concedem generosos

subsídios e incentivos financeiros às empresas plantadoras. Na realidade, a maioria delas está muito endividada.

A estratégia que as empresas usam para continuar obtendo acesso a novos financiamentos é a conversão de parte de sua dívida nos chamados “títulos”. Essa estratégia costuma estar disponível para empresas, mas não para as pessoas comuns. Um título nada mais é do que um documento que vale uma certa quantidade de dívida, e a empresa pode vendê-lo para receber mais financiamento. Esse é um negócio atrativo para os compradores, porque a empresa devolverá o dinheiro investido após um determinado número de anos, mais um valor adicional, ou seja, os juros.

“Títulos verdes” é um novo nome usado pelas empresas de plantações para se referir aos mesmos títulos de antes. As empresas os chamam de “verdes” porque afirmam que seus negócios são “verdes” e contribuem significativamente para reduzir as mudanças climáticas e conservar o meio ambiente.

Uma última mentira, mas muito importante, é a de que os **pequenos agricultores podem se beneficiar das plantações de árvores**. A estratégia de envolvê-los nesse negócio é uma reação à resistência generalizada das comunidades do mundo todo às grandes plantações de árvores. Com o objetivo de evitar ter que expulsar os agricultores para ter acesso à terra, as empresas têm promovido cada vez mais sistemas de “agricultores integrados”, nos quais os agricultores assinam um contrato com uma empresa, segundo o qual plantarão árvores em suas próprias terras. As empresas prometem que aqueles que as plantarem terão uma boa renda e poderão continuar cultivando seus alimentos.

Na realidade, a maior parte dos benefícios vai para as empresas, enquanto a maioria dos riscos e custos são problema dos agricultores. Embora empresas e governos afirmem que isso melhorará os meios de subsistência e a renda dos agricultores, na verdade, faz o oposto.

Em resumo, todas as 12 mentiras apresentadas no novo documento do WRM têm em comum o fato de procurarem ocultar a natureza danosa do “modelo de plantation” que está na raiz dos conflitos, impactos e opressões que acompanham a promoção de plantações industriais de árvores. Sendo assim, lutar contra essas plantações é, em essência, lutar contra o patriarcado, o neocolonialismo, o racismo e o capitalismo, e todas as suas diferentes formas de opressão.

Leia a versão completa do novo documento “12 respostas a 12 mentiras sobre plantações industriais de árvores”, [aqui](#).

Comunidades na África Ocidental e Central estão determinadas a interromper a expansão das plantações de dendezeiros

A Aliança Informal Contra a Expansão das Plantações Industriais de Dendê na África Ocidental e Central divulgou uma declaração para continuar rompendo o silêncio sobre os muitos abusos em torno das plantações industriais e reafirmar seu forte compromisso de resistir à sua expansão, na defesa de seus territórios e suas vidas.

Por décadas, a indústria de óleo de dendê tem apontado seus planos de expansão para os países da África Ocidental e Central. Mas esses planos ainda não se concretizaram, e a expansão não aconteceu como as empresas esperavam. A forte resistência das comunidades tem sido fundamental nas tentativas fracassadas das empresas de ocupar mais terras, que os governos prometeram reservar para suas plantações industriais.

Organizações de base, grupos e ativistas comunitários da região vêm se reunindo desde 2013 — em Camarões, Gabão, Serra Leoa, Costa do Marfim — para compartilhar experiências sobre os impactos devastadores desse modelo de monocultura sobre seus meios de subsistência e seu bem-estar. Para melhor se organizar e resistir a essa invasão, eles criaram a Aliança Informal Contra a Expansão das Plantações Industriais de Dendê na África Ocidental e Central.

Alguns aspectos importantes dessa resistência são o apoio às comunidades que reivindicam suas terras, o compartilhamento e o aprendizado coletivos sobre as táticas que as empresas usam para impor e expandir suas plantações, o compromisso de garantir espaços seguros para as mulheres discutirem os impactos específicos das plantações industriais de dendezeiros sobre suas vidas, e o envolvimento das mulheres nessas lutas e na Aliança.

Em maio de 2022, os membros da Aliança se reuniram novamente e divulgaram uma declaração para continuar rompendo o silêncio sobre os muitos abusos em torno das plantações industriais e reafirmar seu forte compromisso de resistir à expansão, em defesa de seus territórios e suas vidas.

Unamos nossas forças para divulgar suas mensagens amplamente e em voz alta!

PAREM DE EXPROPRIAR TERRAS PARA PLANTAÇÕES DE MONOCULTURA NA ÁFRICA E NO MUNDO!

De 22 a 29 de maio de 2022, em Aboisso, na Costa do Marfim, nós – membros de comunidades, ativistas e defensores da terra e dos direitos humanos na África Ocidental e Central – nos encontramos na reunião de uma aliança informal para lutar contra as monoculturas industriais, na qual discutimos os impactos das plantações no cotidiano das pessoas.

O objetivo do encontro foi que os envolvidos nessas lutas e aqueles que os apoiam entendessem as estratégias inovadoras que as corporações usam para se apropriar das terras das comunidades. O encontro também foi uma oportunidade para avaliarmos os impactos da Covid-19 sobre nossas lutas e compartilharmos informações e estratégias para impedir a expansão das monoculturas na África.

Durante o encontro, líderes comunitários e ativistas de toda a África Central e Ocidental compartilharam testemunhos vívidos sobre as várias violações que ocorrem em suas comunidades, levando às seguintes decisões dos membros da Aliança:

- Boicotaremos a RSPO, interrompendo todos os vínculos entre nossas organizações e esse organismo de certificação.
- Promoveremos a soberania alimentar em todos os nossos territórios.
- Lutaremos contra a expansão das plantações de dendezeiros.
- Recuperaremos as terras que foram tomadas das comunidades por multinacionais e governos.

Essas decisões são baseadas nas experiências de cidadãos e populações que vivem próximo e dentro das áreas de plantações de monoculturas. Hoje em dia, está muito claro que essas populações estão enfrentando enormes dificuldades para atender às suas necessidades alimentares básicas porque a terra está cada vez mais escassa e vem sendo tomada para as plantações de monoculturas de empresas agroindustriais.

Mulheres, meninas e crianças nessas áreas de plantações vivenciam as mais profundas injustiças e desigualdades. Sua dignidade é fragilizada e elas enfrentam exploração diária.

As trabalhadoras dessas plantações são silenciosamente submetidas às mais extremas humilhações, desde cotas impossíveis de colheita de dendê até exigências de favores sexuais por seguranças das empresas que as acusam de roubar frutos de dendê caídos.

Exigimos o fim da tortura moral de nossas filhas e irmãs!

Prestamos nossa solidariedade às comunidades que lutam por suas terras e recursos naturais, a quem as promessas são sempre feitas, mas nunca cumpridas!

Manifestamos nossa solidariedade para com as comunidades que são intimidadas todos os dias pelas empresas do agronegócio, contra as estratégias divisionistas usadas por essas empresas!

Países na África Central, na África Ocidental e em todo o mundo estão sofrendo os mesmos abusos e assédios.

Romperemos o silêncio e denunciaremos todas as formas de apropriação de terras, água, florestas e outros recursos naturais, bem como as violações sofridas e vivenciadas em torno das plantações agroindustriais, e continuaremos incentivando a criação e a mobilização de coletivos e grupos para impedir esses abusos e falar contra eles com uma só voz.

Essas terras são nossas; temos que preservá-las e defendê-las!

Nossas terras, futuro de nossos filhos!
Nossas terras, nossos locais de trabalho!
Devolva-nos a nossa terra!

Aboisso, 29 de maio de 2022

Membros da aliança:

Réseau des Acteurs du Développement Durable (RADD) – Camarões
Struggle to Economize our Future Environment (SEFE) – Camarões
Synergie Nationale des Paysans et Riverains du Cameroun (SYNAPARCAM) – Camarões
Centre des Droits de l’Homme et du Développement (CDHD) – Congo-Brazzaville
Concertation Nationale des Organisations Paysannes et des Producteurs Agricoles du Congo (CNOP) – Congo-Brazzaville
Jeunes Volontaires pour l’Environnement (JVE) – Costa do Marfim
Réseau des Femmes Braves (REFEB) – Costa do Marfim
Confédération Paysanne du Congo – República Democrática do Congo
Réseau d’information et d’appui aux ONG (RIAO-RDC) – RD Congo
MUYISSI-Environnement – Gabão

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Young Volunteers for the Environment (YVE) – Gana

Natural Resource Women's Platform – Libéria

Joegbahn Land Protection Organization – Libéria

ERA/Community Forest Watch – Nigéria

Women's Network Against Rural Plantations Injustice (WONARPI) – Serra Leoa

Malen Land Owners' Alliance (MALOA) – Serra Leoa

Sierra Leone Network on the Right to Food (SiLNoRF) – Serra Leoa

Bujumba Sustainability Development Association (BUSDA) – Uganda

GRAIN – Internacional

WRM – Internacional

RECOMENDADOS

A situação global do desenvolvimento de árvores transgênicas: uma ameaça cada vez maior

Um relatório recente da Campanha para Deter as Árvores Transgênicas alerta que a liberação global de árvores geneticamente modificadas (GM) está mais próxima do que nunca. O relatório denuncia a proposta de uso de árvores transgênicas em plantações e até mesmo sua liberação na natureza, apesar dos graves riscos e das grandes incertezas, com consequências para florestas e populações que delas dependem. A maioria das pesquisas atuais sobre árvores transgênicas é impulsionada pela busca de plantações mais lucrativas para fins industriais, como produção de celulose e papel, madeira e biocombustíveis. Além disso, o esquema de certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC) desencadeou um processo que pode permitir que as empresas certificadas lucrem com as árvores transgênicas. O relatório alerta para o fato de que essas decisões por parte de esquemas de certificação podem abrir caminho ao uso de árvores transgênicas em nível global. Leia o relatório em inglês, português e espanhol, aqui <https://stopgetrees.org/resources/global-status-report/>

Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores 2022

O 21 de setembro, Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores, é uma data para que redes, movimentos e organizações celebrem a resistência e levantem suas vozes e exijam: “PAREM a Expansão das Monoculturas de Árvores!” A data foi criada em 2004, em um encontro de uma rede comunitária que luta contra as plantações industriais de árvores no Brasil. O WRM lançou uma seção especial em seu site para esse dia, destacando muitos materiais importantes relacionados às resistências contra essas monoculturas.

Acesse a seção, aqui:

<https://www.wrm.org.uy/pt/21-setembro-2022>

Florestas Nativas sem Monoculturas

Declaração de organizações e movimentos colombianos no marco do 21 de setembro, Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores. O texto denuncia a expansão das grandes monoculturas e aposta em dar visibilidade a uma problemática “que ameaça a vida, a dignidade e a autonomia das comunidades”. A declaração termina dizendo: “Rejeitamos veementemente a imposição agroextrativista em nossos territórios que são naturalmente agrodiversos e bioculturais. Nossa luta é comunitária e coletiva, para recompor o tecido da vida. Queremos Florestas Nativas sem Monoculturas!”

Leia o comunicado em espanhol, aqui.

Memórias do Fogo de 1951

Filme documentário produzido pelo NUPOMAR, Núcleo de Pesquisa, Mídias e Arte, com o propósito de registrar e valorizar a memória social do povo Pataxó da Aldeia Barra Velha (no município de Porto Seguro-Bahia). Através da oralidade, anciões e anciãs, assim como jovens e

lideranças da comunidade, relatam suas memórias sobre o Fogo de 51, um conflito violento envolvendo indígenas, o Estado brasileiro e a sociedade regional em função das disputas pela posse do território do Monte Pascoal no ano de 1951. <https://www.youtube.com/watch?v=l5GAxr95cgs>

Encontro da Rede Mesoamericana contra o dendê em San Cristóbal de Las Casas, México

Nos primeiros dias de outubro, e um ano após sua criação, os integrantes da rede se reuniram para trocar, mais uma vez, experiências dos impactos do avanço da monocultura do dendê em seus territórios, bem como traçar estratégias comuns de resistência. Compartilhamos aqui (disponível apenas em espanhol) a declaração final onde expressam suas demandas e reivindicações: <https://otrosmundoschiapas.org/declaratoria-del-ii-encuentro-de-la-red-mesoamericana-contra-la-palma-aceitera>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:
Boletim 262 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): **"Em solidariedade com as comunidades que resistem às monoculturas de árvores"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
"A defesa da água é a defesa da terra e da vida"

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Edmundo Hoppe Oderich, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>

Boletim